



A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA EM ASSEMBLEIAS: PROPOSIÇÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Agosto/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

COLASANTO, Cristina Aparecida

criscolasanto@yahoo.com.br

Comunicação Oral. Texto completo.

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a realização de Assembleia com crianças na Educação Infantil e verificar a sua participação nas decisões que envolvem a escola. Baseando-se pelos pilares da gestão democrática e da legislação atual, em que todos possam participar das decisões que emergem do contexto escolar, incluindo assim, a participação não só dos adultos, mas das crianças nesse processo. Este estudo é um recorte de uma pesquisa realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) localizada na cidade de São Paulo, será apresentada uma amostra de Assembleia que teve a participação de 14 crianças com 4, 5 e 6 anos de idade, uma coordenadora pedagógica, uma professora e uma diretora. Os resultados mostram que a Assembleia com crianças se constituiu em um espaço importante para gestor escolar ouvir as crianças e discutirem juntos algumas iniciativas que irão repercutir na vivência delas na escola, como também evidencia o exercício da democracia desde a infância.

Palavras-chave: Gestão democrática – participação. Educação infantil. Processo decisório.



INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da tese de Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo / PUC-SP que pretende discutir a participação da criança na avaliação escolar. A pesquisa está sendo realizada em duas Escolas Municipais de Educação Infantil de São Paulo, onde realizam Assembleias com Crianças.

O objetivo deste artigo é discutir a realização de Assembleia com crianças na Educação Infantil e verificar a sua participação nas decisões que envolvem a escola, sob os pilares da gestão democrática. Para tanto, será apresentada uma amostra de Assembleia realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

O reconhecimento da criança enquanto ator social que não só reproduz, mas produz e transforma cultura é palco das discussões e pesquisas recentes, tanto no Brasil, como em outros países (Itália, Portugal, Inglaterra). Nesta perspectiva, a escola precisa redimensionar suas práticas pedagógicas para atender esta concepção de sujeito e uma destas ações seria ouvir o que as crianças pensam sobre a escola, os professores, os espaços, o tempo das atividades, etc.

Segundo a autora Campos (2008) a presença da criança em pesquisas científicas não é um fato recente, a criança faz parte delas há muito tempo, o que diferencia é a sua condição, que perpassa como objeto a ser observado, descrito e interpretado. Principalmente no século XIX, as crianças eram objeto de estudos das áreas da Medicina e Psicologia.

Entretanto a *pesquisa com criança* é uma ideia recente, segundo a pesquisadora Rocha (2008); as áreas da Sociologia, da Psicologia e da Educação têm debruçado seus estudos *com* a criança em diversos contextos: na escola, a criança em relação à mídia, a produção cultural e etc.

Com relação a participação das crianças nas decisões da escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no Artigo 14 aponta que a gestão democrática na educação básica possui os seguintes princípios: a participação dos profissionais de educação na construção do projeto político pedagógico, e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Além de ser um dos princípios da gestão democrática, a organização de Assembleias / Conselhos Escolares com a participação da criança é uma ferramenta importante para auxiliar



nas decisões de gestão escolar. A criança possui uma visão diferente do adulto e os assuntos tratados pela gestão afetam diretamente o seu cotidiano.

Durante as Assembleias com crianças se torna necessário refletir sobre a sua organização, o tempo das reuniões, o espaço, se haverá eleição para representantes das turmas, as estratégias que serão utilizadas para discutir os assuntos nas reuniões e suas devolutivas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A construção da escola democrática envolve a ideia de participação das crianças, professores, funcionários, comunidade, etc. Esta participação também resulta em decisões, diálogos e conflitos, visto que os sujeitos não possuem a mesma opinião. Entretanto, quando guiados por princípios e pelo bem comum, podem chegar a conclusões e tomar decisões coletivamente.

Envolver as pessoas para pensar sobre a escola e construir junto a sua organização, o projeto político pedagógico, a avaliação da aprendizagem das crianças, requer um desafio que é o da participação efetiva durante este processo. Considerando que durante muitos anos, a educação brasileira não se propunha abrir a escola para a participação da comunidade, como também, a educação não era um direito de todos.

Sobre o ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, capítulo III, artigo 205, garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Além de a educação ser um direito, o artigo 206 indica a participação da família e da comunidade nas decisões da escola, um dos princípios de gestão democrática. A gestão democrática também surge na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394 / 96, no artigo 3º, onde reforça o que já fora colocado na Constituição Federal. Ela surge também com a Lei nº 10.127, de 9 de janeiro de 2001, no PNE – Plano Nacional de Educação.

A gestão democrática possibilita a participação das famílias, da comunidade, das crianças e funcionários, nas decisões do trabalho pedagógico, de organização escolar e com relação à aplicação dos recursos financeiros da escola. Constituindo assim, algumas modalidades de participação, tais como os Conselhos de Escola ou Comissões que surgiram no início da década de 1980. (LIBÂNEO, 2004).

O autor Libâneo discute (2004) que a gestão democrática é uma atividade coletiva implicando a participação e objetivos comuns, por outro lado, depende também de responsabilidades individuais e de uma ação coordenada.

Esta participação que repercute nas ações desenvolvidas na escola, não ficam centralizadas sob o controle de uma única pessoa, ela abrange uma interação dialógica, com contradições, com erros e acertos, resultando assim, em situações que induz os sujeitos a compartilharem experiências democráticas.

Segundo Dewey (1959) se a escola pretende ser democrática, esta primeiramente, necessita ser vivenciada pelas crianças, suas famílias, funcionários e comunidade. Nesta perspectiva, os autores Apple e Beane (2001) explicam algumas condições centrais que precisam ser vivenciadas nas escolas democráticas das quais destacam:

- 1- A comunicação de informações e o livre fluxo de ideias;
- 2- Confiança na capacidade individual e coletiva de as pessoas resolverem os problemas;
- 3- A análise e reflexão crítica para avaliar idéias, problemas e políticas;
- 4- Preocupação com o “bem-comum”;
- 5- Respeito com a dignidade e os direitos dos indivíduos e das minorias;
- 6- A compreensão de que a democracia é um conjunto de valores que devemos viver e que devem regular nossa vida enquanto povo;
- 7- A organização de instituições sociais para promover e ampliar o modo de vida democrático.

As escolas democráticas devem criar espaços para o exercício da democracia e da participação, isso significa que a comunidade, as famílias precisam estar bem informadas sobre o que acontece na escola. Conhecer os princípios que regem a educação nacional, a legislação, os documentos elaborados pelo Ministério da Educação, para então tomar decisões tanto em relação a proposta escolar como na exigência e garantia de seus direitos.

Conforme aponta Libâneo (2004) a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática na escola, possibilitando a interação entre comunidade e funcionários no processo de decisões e no funcionamento da organização escolar.

O contexto da educação infantil apresenta um desafio mais complexo, se comparado a outras etapas da educação básica, que é potencializar a participação da criança pequena nas decisões da escola, visto que ainda circulam na nossa cultura, nas práticas escolares e na sua gestão, representações sociais de criança enquanto seres menos capazes. (JAMES; JENKS; PROUT, 1998).

Verifica-se a presença de Conselhos de Escola e Assembleias com o envolvimento de adultos ou crianças maiores e adolescentes (no Ensino Fundamental e Médio). O Regimento Escolar destas instituições apontam o processo de eleição e organização de alunos para participarem destas atividades, entretanto, na educação infantil verificamos que poucas escolas possuem iniciativa parecida, na organização de assembleia com crianças.

O autor Sarmento (2007) discute a invisibilidade da infância, a partir das imagens sociais criadas sobre a infância e criança¹. Um dos aspectos de ocultação é apontado pelo autor como a invisibilidade cívica. Esta denominação se deve ao fato de as crianças estarem condicionadas às decisões dos adultos, seja na forma direta (especialmente no espaço familiar), ou, sob forma institucional (especialmente no caso da escola), como consequência, as crianças estão “naturalmente” privadas do exercício de direitos políticos.

Entretanto, a participação política não se restringe ao poder do voto, o fato é que as crianças não são vistas enquanto atores políticos concretos, que podem dar a sua opinião, emitir sugestões, compreender e ajudar nas mudanças da escola. A democracia precisa ser vivenciada e problematizada com as crianças desde a educação infantil, para ser apreendida e expandida para outras situações que transcendem a sala de aula e a escola.

Sobre o direito de opinar e participar, a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1990) além de assegurar a sua proteção, inclui o direito da criança ser ouvida em processos judiciais e a garantia por parte do Estado em expressar sua opinião:

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. (ONU, art. 12, 1990).

¹ Vide imagens da criança pré-sociológica dos autores James, Jenks e Prout. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.



O artigo 13, parágrafo 1 assegura a liberdade de expressão da criança:

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. (ONU, art. 13, 1990).

Segundo este documento a liberdade de expressão é um direito da criança que deve ser respeitado em todos os âmbitos sociais, e a escola pode ser um espaço para o exercício deste direito. Na escola, ela pode opinar sobre os espaços que circula, as atividades propostas, a organização de materiais, etc. Levando em consideração não somente a linguagem oral, mas sua expressão pelos desenhos, pinturas, escrita e outras alternativas desde que respeite este direito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) manifesta a garantia do direito de liberdade de expressão e opinião. A participação da criança e do adolescente na vida familiar e comunitária, sem discriminação e participação da vida política, na forma da lei.

Sobre a questão da participação, o documento de âmbito mundial *The State of the World's Children* (UNICEF, 2003) cuja Conferência realizada em 2002 reuniu vários países, dentre eles o Brasil, discute a responsabilidade dos adultos em buscar as opiniões das crianças e levá-las a sério. E sobre a responsabilidade dos adultos em ajudar crianças e adolescentes desenvolver suas competências para o autêntica participação significativa no mundo.

Esta participação se faz necessária pois a construção da democracia é uma questão importante para a paz internacional e para desenvolvimento. Os valores da democracia, tais como o respeito pelos direitos e pela dignidade de todas as pessoas, por sua diversidade e seu direito de participar nas decisões que lhe afetam devem ser aprendidas desde a infância. Somente a participação significativa e autêntica das crianças no momento presente, repercute para a sua participação no futuro. A participação é uma pedra angular das sociedades coesas, que, por sua vez, são os pedra angular para a paz no mundo. (UNICEF, 2003).

Além de ser uma discussão mundial, a participação das crianças também têm sido fonte de discussão em pesquisas científicas não somente em escolas, mas em outras



instituições, como hospitais, tribunais de justiça, em consultas públicas para elaboração de políticas, etc. (CRUZ, 2008).

Conforme aponta Campos (2008) a criança faz parte da pesquisa científica há muito tempo, principalmente na condição de objeto de estudo a ser observado e interpretado. Atualmente, o debate está centrado na condição em que a criança toma parte da investigação científica, incluindo assim sua voz e participação.

Especificamente, no âmbito nacional, a Consulta sobre a qualidade na Educação Infantil, realizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com o apoio do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e da Save the Children Reino Unido e assessoria técnica da Fundação Carlos Chagas (FCC) ouviu vários segmentos que compõem as instituições de Educação Infantil sobre a qualidade nesta etapa da educação. As crianças também foram ouvidas como estratégia fundamental para a discussão de políticas e práticas educativas.

Com relação à participação das crianças durante a Consulta sobre a qualidade na Educação Infantil, a pesquisadora Cruz (2008) discute a utilização de estratégias para captar as opiniões das crianças, tais como: histórias, desenhos e conversas. A pesquisa mostra a possibilidade da criança falar sobre as suas vivências, seus desejos, seus receios, etc. A coerência de suas falas com relação aos temas tratados evidenciam a sua competência em opinar sobre a realidade, como também, demonstra a influencia do contexto social e socioeconomico em suas falas.

Segundo Cruz (2008) a experiência de ouvir as crianças demonstrou uma oportunidade preciosa para conhecer o que elas pensam sobre as instituições que frequentam, fornecendo assim, elementos para superar as precariedades, presentes nas creches e pré-escolas pesquisadas. E também oferece possibilidades de planejar creches e pré-escolas que respeitem mais os seus desejos e as suas necessidades.

Além da participação da criança em pesquisa científica que evidenciam a competência das crianças de expressarem suas ideias, devemos pensar em mecanismos de participação constante, que seja autentica e significativa no interior das instituições. As Assembleias e os Conselhos Escolares são mecanismos que podem ser organizados para envolver a participação das crianças em questões mais amplas que englobam a organização da escola.

Em 2003 a prefeitura municipal de São Paulo, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy foi implantado o Orçamento Participativo Criança (OP-Criança) uma parceria entre a



SME e o Instituto Paulo Freire, esta ideia já havia sido vivenciada em 2001, mas faltava incluir a participação das crianças.

O OP-Criança foi realizado a partir de Assembleias com crianças e adolescentes que decidiam sobre as prioridades para a educação e para a cidade. Estas Assembleias ocorriam nas escolas de Ensino Fundamental I e II, os alunos elegiam por votação delegados de todas as séries e posteriormente dois por escola, para representarem suas ideias e propostas nas coordenadorias de educação (Sub-Prefeitura) e nas plenárias da Prefeitura. (ANTUNES, 2004).

Atualmente, a prefeitura municipal de São Paulo não possui o OP-Criança que foi finalizado junto com a gestão da ex – prefeita, em 2004, mas encontramos na rede de ensino algumas escolas que promovem Assembleias com seus alunos. Nas EMEIS é mais difícil encontrar esta iniciativa, na Diretoria Regional de Pirituba- SP foi encontrada duas EMEIs que possuem Assembleias com crianças.

Uma iniciativa atual que aborda a participação da criança foi publicada recentemente, em abril de 2013, pela Associação Ação Educativa. Trata-se de um guia que propõe discutir a importância da participação de crianças e adolescentes nas políticas públicas e, em especial, na construção e revisão de Planos de Educação.

A publicação inclui orientações e cuidados a serem considerados em processos voltados a estimular a participação de crianças e adolescentes, além de um conjunto de experiências participativas desenvolvidas no país. Apresenta sugestões de atividades a serem desenvolvidas de forma permanente por educadores e educadoras sobre o Plano de Educação. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013).

Verificamos que a criança possui direito de expressar suas ideias e opinião, mas a criança precisa ser ouvida, a sua opinião deve ser considerada pelo adulto, para então efetivar a sua participação em todos os setores da sociedade, incluindo a escola. A educação infantil pode criar espaços e desenvolver esta participação que repercute nas escolhas, na organização dos espaços, no desenvolvimento das brincadeiras e na liberdade de expressarem sua opinião sobre a instituição.



METODOLOGIA

Este recorte de pesquisa foi realizado em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), localizada na periferia da zona oeste de São Paulo. A coleta de dados foi elaborada a partir da gravação em vídeo. Para este trabalho, apresenta-se uma amostra de uma Assembleia realizada com crianças, a fim de verificar a participação das crianças nas decisões que envolvem a escola, sob os pilares da gestão democrática.

A Assembleia reuniu crianças entre 4, 5 e 6 anos de idade, a diretora, a coordenadora pedagógica e uma professora. O tema discutido foi a Organização da Semana da Criança que ocorreu em Outubro de 2012. Neste trabalho a EMEI receberá o nome de Cerejeira, a Coordenadora Pedagógica receberá o nome de Ipê-Amarelo e as crianças receberão nome de substantivo próprio fictícios, a fim de preservar o anonimato dos participantes de pesquisa e de seu local.

A EMEI possui o hábito de filmar todas as reuniões, desta forma, as crianças não se sentiram intimidadas com o uso da câmera durante a Assembleia. A escola procura se organizar para que o Conselho Mirim ou Assembleia ocorra mensalmente. Ela possui dois representantes de cada turma, no total a EMEI possui sete turmas por período, assim nesta Assembleia participaram 14 crianças, 1 coordenadora pedagógica, 1 diretora escolar e 1 professora.

Na realização de uma pesquisa com crianças devemos ter alguns cuidados, como os aspectos éticos, o consentimento dos pais e das crianças para participarem do estudo e da equipe gestora.

Outros fatores metodológicos devem ser levados em conta, como a idade das crianças, o local de pesquisa, o tempo que as crianças permanecem na escola, a rotina e etc. A pesquisadora Campos (2008) discute alguns fatores metodológicos importantes para a realização de pesquisas com crianças, a partir de um estudo realizado por Giullian Mann e David Tolfree (2003) sobre crianças e adolescentes em situações de risco. Segundo Campos (2008, apud Giullian Mann e David Tolfree, 2003) ao definir o papel das crianças nas pesquisas, é necessário que o pesquisador considere os seguintes fatores:

- 1- a idade: as crianças menores sentem dificuldade em se expressar oralmente; outras formas de expressão podem ser utilizadas, como jogos e desenhos;

- 2- o gênero: em muitas culturas as meninas não possuem o mesmo poder que os meninos;
- 3- o tempo: envolver as crianças na pesquisa requer tempo; ajudar as crianças a encontrar formas de se expressar é trabalhoso e consome tempo;
- 4- a escuta aos próximos a elas: ao dar a palavra às crianças, é preciso levar em conta também a escuta aos adultos próximos a elas, que podem se sentir excluídos e perceber essa situação como injusta; também é preciso cuidado com os adultos que desejam se interpor entre o pesquisador e as crianças;
- 5- o nível de desenvolvimento da linguagem e escolaridade: os autores chamam a atenção para o fato de que crianças escolarizadas já adquiriram um modelo escolar de reagir a perguntas, sentindo mais dificuldade em se expressar livremente do que as que ainda não tiveram essa experiência.
- 6- quais crianças são ouvidas dentro de um grupo: são as mais comunicativas? As que possuem maior liderança? Elas são representativas do grupo? (CAMPOS, 2008, p.38, apud MANN; TOLFREE, 2003).

DISCUSSÃO DOS DADOS

Os representantes da Assembleia foram escolhidos por votação em sala de aula, o professor de cada turma organiza a eleição de seus representantes por meio de voto aberto. Os professores explicam a função do representante e os candidatos que manifestam interesse em representar a turma, tem seus nomes registrados na lousa, em seguida ocorre à eleição após a contagem dos votos.

Antes da Assembleia, o professor traz o assunto a ser tratado e discute com a turma, assim o representante irá levar as ideias do grupo para a Assembleia que reúne representantes de outras turmas.

A reunião ocorre em uma sala de aula com cadeiras afastadas, todos se posicionam em círculo, participam da Assembleia 14 crianças, a diretora, a coordenadora pedagógica e uma professora. Ocorre uma reunião com as crianças do período da manhã e outra no período da tarde. Os dados a seguir são do período da manhã, onde tivemos autorização para participar.

Ipê-Amarelo: O que vocês gostariam para a semana das crianças? Tem coisas que vocês vão falar que dá pra gente fazer, mas tem coisa que não dá, mas a gente vai explicar porque não. Quem que começar?

João: - Eu pedi um celular para o meu pai.

(Várias crianças começam a falar ao mesmo tempo, sobre ideias de presentes)

Ipê-Amarelo: - A gente quer fazer uma semana bem legal e divertida para vocês, vamos construir essa semana juntos e depois vocês têm uma responsabilidade muito importante que seria levar a decisão para o grupo de colegas e contar tudo o que a gente conversou aqui. Vamos combinar o seguinte, quem quiser falar deverá levantar a mão, pois se falarem juntos a gente não vai entender.

Lucas: - Nesse final de semana eu fui para o churrasco na minha tia ...

Ipê-Amarelo: - É legal falar sobre o final de semana, mas neste momento, a gente vai conversar sobre a semana das crianças, e depois a gente conversa sobre o final de semana, pode ser? Vamos começar por aqui (aponta para a direção de uma das crianças)

Carla: - Eu quero um pula-pula.

Sara: - Eu piscina de bolinhas

Carlos: - Escorregador diferente

Sara: - Um que vai até o céu.

Jéssica: - Eu queria uma escala-escala.

Ipê-Amarelo: - O que é isso?

João: - É uma parede de escala, que você vai subindo.

Daniel: - Eu queria pular corda.

Bruno: - Eu gostaria de brincar de bolinha de sabão.

Renato: - Joguinho

Ipê-Amarelo - Joguinho de que?

Renato : - De quebra-cabeça.

Laiz: - Pintar a cara, também

Marcelo: Tatuagem

Ipê-Amarelo: - Será que a mãe vai gostar disso?

Todos: - Sim, vai gostar.

Jéssica: - Pode ser tatuagem que sai com água.

Ipê-Amarelo: - Ah, entendi.

Laiz: - Passeio

Ipê-Amarelo: - E para comer?

Várias crianças falam juntas: - cachorro-quente, brigadeiro, hambúrguer, refrigerante, bolo, frango, maçã, pirulito, chiclete



Ipê-Amarelo: Eu vou falar o nome das coisas que anotei, vamos ver o que vai dar para a gente comprar, o que não for possível vocês irão saber.

Fonte: Assembleia, EMEI Cerejeira.

Observa-se que antes de iniciar a Assembleia é necessário conversar com as crianças sobre a organização da reunião. A coordenadora pedagógica realiza três intervenções no início da reunião, para fazer com que as crianças não desviassem do assunto e percebessem a importância da sua participação.

Quando a coordenadora pedagógica Ipê-Amarelo pergunta: *O que vocês gostariam para a semana das crianças?* Elas expressam sugestões de presentes, como o João que pediu um celular para o seu pai. As datas comemorativas, como Dia das Crianças, Dia dos Pais, Dia das Mães etc., correspondem ao movimento da economia e o apelo para aquisição de presentes é fortemente divulgado pela mídia televisiva, da qual a criança acaba sendo influenciada por modelos culturais e o consumismo.

De forma geral, as crianças começaram a conversar sobre os presentes. No entanto, após a explicação da coordenadora, elas compreenderam que teriam uma semana diferente na escola e passaram a citar brinquedos que já haviam sido discutidos em grupos menores (com a turma), propostas de lanches e outras ideias que elas acabaram tendo naquele momento e que não foram discutidas com o grupo.

A programação da semana das crianças foi realizada a partir da proposta das crianças, da seguinte forma: no dia 08/10/12 foi realizado um lanche coletivo – partilha de alimentos. Nesse dia as crianças trouxeram de casa um prato de doce ou salgado ou refrigerante, assim foi possível atender as crianças no pedido de brigadeiro, refrigerante, bolo, coxinha.

As professoras organizaram os espaços e materiais e as crianças fizeram votação antecipadamente para participarem da oficina que desejassem. Foram realizadas as seguintes oficinas: Pintura no Azulejo, Contação de Histórias, Dança, Resgate de Brincadeiras. Com relação ao resgate das brincadeiras foram contempladas as seguintes ideias: bolinha de sabão, barquinho de papel, avião de papel, construção de brinquedo com sucata e vivência teatral.

No dia 09/10/12 foi realizado um passeio ao Parque Pinheirinho (em frente à escola) com piquenique e resgate de brincadeiras (cordas, barangandão, pé de lata e bolinha de sabão) houve revezamento com o playground do espaço externo. Nesse mesmo dia, no

período do intermediário, as crianças tiveram sessão de cinema, elas faziam suas escolhas dos filmes que gostariam de assistir.

No dia 10/10/12 a EMEI alugou brinquedos, com cama elástica, piscina de bolinha, pula pula, escorregador gigante, atendendo o pedido das crianças, cachorro quente, refrigerante, gelatina e sorvete de morango. Neste dia, as crianças ficaram livres para poder escolher em quais brinquedos iriam e o que gostariam de comer, os professores ficavam circulando em diferentes espaços para auxiliar as crianças se necessário.

No dia 11/10/12 foi realizado os Cantos de Fantasia, Carrinho, Casinha e Cabeleireiro, as crianças escolhiam os espaços que desejavam ir. Nestes espaços foram atendidas as solicitações das crianças, tais como: uso de peruca, ouro para os meninos e diamante para as meninas, maquiagem esmalte para pintar unhas, banho de piscina (rasa). As crianças foram atendidas com bacias grandes com água, para dar banho nas bonecas e se molharem.

No período intermediário, elas brincaram de Caça ao Tesouro com muitas pistas e quando encontravam o tesouro tinha chocolate, que também foi um pedido das crianças. A escola deu uma pequena lembrança com um livro, pirulito e bolinha de sabão.

A coordenadora explica que algumas sugestões impossíveis de realizar são conversadas no momento da reunião, como por exemplo, na reunião com a turma da tarde, onde uma criança sugeriu brincar de “torta na cara”, a coordenadora entrevistou questionando às crianças o desperdício de alimento, elas comentaram que existem pessoas que passam fome, assim o grupo percebeu que esta ideia não seria contemplada.

As sugestões que não foram possíveis de realizar como parede de escalada, tatuagem, churrasco e outras foram devido ao custo. Em uma outra reunião houve a devolutiva dos gastos e a discussão com as crianças sobre o que foi ou não realizado na semana da criança, segundo a direção da escola 90% das sugestões das crianças foram atendidas.

Segundo a coordenadora Ipê-Amarelo, as crianças costumam compreender quando as suas ideias não são atendidas:

“Elas entendem quando a gente diz que não tivemos dinheiro para comprar, pois vivenciam isso com suas famílias, entretanto, elas também reconhecem e valorizam o que foi possível comprar já que participaram do processo de decisão sobre o que teria na nossa festa”. (Ipê-Amarelo, Coordenadora Pedagógica, EMEI Cerejeira).

Verificamos que as crianças da EMEI foram ouvidas e várias de suas ideias foram contempladas na festa, esta ação fortalece a participação das crianças nas discussões que envolvem a Assembleia, pois elas sentem que suas “falas” ecoaram na ação na escola. Como também, a não realização dos pedidos e a sua explicação é um índice que a equipe gestora ouviu as suas propostas e apresentou os motivos de não poder oferecê-los naquele momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de ouvir as crianças permite ao gestor escolar fazer escolhas que irão ao encontro das necessidades das crianças e não apenas do “mundo do adulto”. A gestão democrática garante o exercício e a participação de todos os segmentos da escola, inclusive as crianças.

Verificamos que a criança não representa o futuro ela deve ser vista como presente, assim o exercício da participação e da democracia começa na escola de educação infantil. A Assembleia demonstra um espaço importante para o gestor escolar ouvir as crianças e discutirem juntos algumas iniciativas que irão repercutir na vivência delas na escola. Sendo assim, por que não ouvir as crianças sobre a aquisição de brinquedos, as reformas do prédio, a organização de festas/eventos?

As Assembleias e os Conselhos Escolares são mecanismos que podem ser organizados para envolver a participação das crianças em questões mais amplas que envolvem a organização da escola. Entretanto, esta participação não pode ser vista meramente como um evento, ela deve fazer parte também do cotidiano pedagógico; na participação em expressar alguma curiosidade, no questionamento de algum fenômeno desconhecido, na escolha de um livro de história que pretende levar para sua casa, na expressão de opinião sobre alguma situação em conjunto com os colegas, na oportunidade de criar uma história de sua autoria, na própria avaliação da atividade ou de sua aprendizagem, etc.

A participação da criança na escola requer um olhar diferenciado sobre a concepção de gestão, ouvir o que elas tem a dizer significa muitas vezes entrar no mundo de fantasias, do sonho, da imaginação, mas da construção de uma escola que seja voltada para a criança e sua infância.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. (Org.). **Orçamento Participativo Criança** : exercendo a cidadania desde a infância. São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2004.

APPLE, M.; BEANE, J. A. (Orgs.). **Escolas Democráticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez.1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96 alterada pela Lei n.12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL.MEC.Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v1,2,3.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Alterada pela Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC/CEB, 2009.

BRASIL.MEC. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M.M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, S.H.V. (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMPOS, M.M. et al. **Educação Infantil no Brasil**: avaliação qualitativa e quantitativa (relatório final). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em:
http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio_final.pdf.
Acesso em: 31 jul.2013.



CRUZ, S.H.V.(Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. 3.ed.- São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DOURADO, A.; CARREIRA D. ; CARVALHO L.; MOREIRA, M.A.M.;MENEZES, N. **A participação de crianças e adolescentes e os Planos de Educação/ Ação Educativa**.São Paulo: Ação Educativa, 2013.

JAMES, A.; JENKS, C.;PROUT, A. **Theorizing Childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed.Goiânia: Alternativa, 2004.

MANN, G.; TOLFREY, D. **Children`s participation in research**: reflections from the Care and protection of Separated Children in Emergencies Project. Suécia: Save the Children, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos da Criança**. 1990. Disponível em:
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-conv-sobre-dc.html>. Acesso em: 02 ago. 2013.

SARMENTO, M.J. Visibilidade social e estudo da infância. In: SARMENTO, M.J.; VASCONCELLOS, V.M.R. (Orgs.). **A infância (in)visível**. Araraquara – SP: Junqueira & Marin editores, 2007.

UNICEF. The State of the World`s Children,2003. Disponível em:
http://www.unicef.org/publications/files/pub_sowc03_en.pdf Acesso em: 02 ago.2013.